JORNAL GAZETA RN

MOSSORÓ - ANO 1 EDIÇÃO - NÚMERO 31 | **SEXTA-FEIRA 23/10/2026** | TIRAGEM 3.000

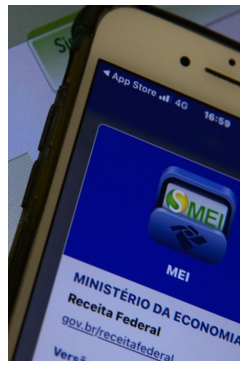
Fala de Isolda sobre Allyson instala crise na campanha de Cadu



Arte: Neto Silva

A declaração da deputada estadual Isolda Dantas (PT), que chamou Allyson Bezerra de "calango" durante um ato político em Mossoró, abriu uma nova frente de desgaste na campanha de Cadu Xavier.

GERAL



Perdão de dívidas e novo teto do MEI: entenda o que muda

Página 5

CULTURA



Entre o sal e o mar, Areia Branca celebra 99 anos de história

Página 8



Mossoró é goleado pelo Alecrim e se complica no Potiguar

Com o resultado, o Carcará segue com apenas um ponto e vê a disputa pelo acesso à elite do futebol estadual ficar mais complicada.



Mulher com câncer perde R$ 23 mil em golpe do falso advogado

Diante da situação, a família de Helena Maria pede ajuda para enfrentar o prejuízo financeiro após cair no golpe.



Previ Mossoró acumula mais de R$ 253 milhões em patrimônio

Segundo o instituto, os recursos estão aplicados em pelo menos 20 fundos de investimentos, com acompanhamento e consultoria especializada.

www.portalgazetarn.com.br

GRUPO GAZETA RN

PORTAL | JORNAL | TV

Aqui você fica por dentro EM TODO LUGAR!

• NOTÍCIAS • INFORMAÇÃO
• COBERTURA • CREDIBILIDADE
• CONTEÚDO



Fátima inaugura delegacias, mas deixa dúvidas: segurança pública não se faz com fita inaugural e discurso político

JOTA FERREIRA
JORNALISTA

Às vésperas do segundo turno, governo transfere unidades policiais para prédio antigo em Mossoró e levanta questionamentos sobre planejamento, infraestrutura e condições de trabalho dos policiais civis.

Há uma diferença gigantesca entre inaugurar um prédio e entregar uma estrutura pública verdadeiramente preparada para funcionar. A primeira tarefa exige autoridades, discursos, fotografias e uma fita para ser cortada. A segunda exige planejamento, investimentos, equipamentos, profissionais e, sobretudo, respeito àqueles que diariamente colocam suas vidas em risco para garantir a segurança da população.

Na última terça-feira, 20 de outubro, a governadora Fátima Bezerra esteve em Mossoró para inaugurar o chamado Complexo de Delegacias Especializadas da Polícia Civil. A cerimônia foi apresentada como um avanço para a segurança pública do Oeste potiguar. Entretanto, por trás da solenidade oficial, existem questionamentos que não podem ser ignorados. O complexo foi instalado no antigo prédio da Central do Cidadão, no bairro Aeroporto, um imóvel desocupado que passou por adaptações para receber unidades policiais. Ao mesmo tempo, a tradicional Delegacia de Plantão deixou sua sede no Alto de São Manoel, onde funcionava juntamente com a Central de Flagrantes.

O que precisa ser explicado à sociedade mossoroense é simples: qual a real vantagem de retirar estruturas policiais de um imóvel próprio do Estado para transferi-las a um prédio alugado, cuja capacidade de atender plenamente às necessidades operacionais precisa ser demonstrada? Não basta reunir delegacias debaixo do mesmo teto. É necessário assegurar instalações adequadas, ambientes seguros, espaços apropriados para atendimento, tecnologia, condições sanitárias, equipamentos e efetivo humano compatível com a demanda.

A Polícia Civil não pode ser tratada como simples peça de propaganda institucional. Seus profissionais enfrentam diariamente criminosos perigosos, investigam homicídios, combatem o tráfico de drogas e trabalham sob uma pressão que poucos cidadãos conseguem imaginar. Esses homens e mulheres merecem muito mais do que promessas de melhores condições: merecem dignidade efetiva, respeito profissional e uma estrutura que corresponda à importância de suas atribuições.

A situação ganha contornos ainda mais delicados quando observamos o calendário político. Por que somente agora, nos últimos meses de um governo de oito anos, e precisamente cinco dias antes do segundo turno das eleições estaduais, surgiu tamanha urgência em inaugurar esse complexo? A coincidência temporal, evidentemente, não comprova finalidade eleitoral. Mas é legítimo que a sociedade questione a conveniência da solenidade e cobre transparência sobre os critérios técnicos que determinaram a mudança.

Durante anos, Mossoró enfrentou dificuldades na segurança pública. Policiais civis trabalharam sob pressão, a criminalidade desafiou as forças policiais e a população reivindicou respostas mais consistentes. Agora, justamente na reta final de uma campanha eleitoral decisiva, o Governo do Estado apresenta uma inauguração acompanhada de discursos sobre modernização e valorização profissional. É preciso reconhecer que a integração de delegacias pode representar uma medida administrativa positiva. O próprio governo afirma que o novo endereço concentrará 14 unidades, promoverá a integração das equipes e proporcionará melhores condições de atendimento. Também anunciou planos para construir futuramente uma sede própria.

Mas o anúncio de benefícios não dispensa a obrigação de comprová-los. Se existem questionamentos sobre as condições físicas do imóvel, eles devem ser respondidos publicamente. Se há dúvidas sobre a suficiência de servidores, equipamentos e instalações, cabe ao Estado apresentar informações objetivas. A inauguração de um complexo policial não pode substituir a transparência sobre seu funcionamento. Outro ponto merece atenção: o governo anunciou que a transferência das demais unidades ocorrerá gradualmente. Portanto, a cerimônia de inauguração não significa, por si só, que toda a estrutura já estivesse funcionando integralmente naquele momento.

Em uma área tão sensível quanto a segurança pública, improvisações podem comprometer a qualidade do serviço e as condições de trabalho. A dignidade do policial civil não pode começar na fotografia oficial e terminar quando as autoridades deixam o prédio. O servidor público precisa encontrar, no dia seguinte à inauguração, condições reais de exercer suas funções. A população, por sua vez, precisa encontrar um serviço eficiente, organizado e acessível. Mossoró não merece soluções provisórias apresentadas como conquistas definitivas, mas investimentos duradouros, planejamento e respeito à sua importância como segunda maior cidade do Rio Grande do Norte.

A governadora Fátima Bezerra teve praticamente dois mandatos para apresentar respostas estruturais às necessidades da segurança pública estadual. Por isso, não é descabido perguntar por que determinadas providências somente ganharam protagonismo neste momento. O que se espera do governo não são apenas explicações sobre o que pretende fazer, mas demonstrações concretas do que efetivamente entregou. A Polícia Civil merece valorização que ultrapasse discursos, e os mossoroenses merecem saber quanto custará essa mudança, quais adaptações foram realizadas, quais condições de funcionamento foram verificadas e quando todas as unidades estarão plenamente operacionais.

A segurança pública não pertence a governadores, partidos políticos ou campanhas eleitorais. Pertence à sociedade. Porque inaugurar é fácil. Difícil é governar com planejamento, respeitar quem trabalha e entregar resultados que sobrevivam ao calendário eleitoral. Se o novo complexo representa um avanço, que sua eficiência seja demonstrada na prática. Se ainda existem problemas estruturais ou operacionais, que sejam corrigidos imediatamente. Afinal, policial civil não precisa de palanque político: precisa de estrutura, condições de trabalho e dignidade. E Mossoró não precisa de inaugurações para fotografias. Precisa de segurança pública que funcione.

NOTA EDITORIAL: os registros públicos consultados confirmam a inauguração em 20 de outubro, a transferência da Delegacia de Plantão e o uso de um prédio alugado que recebeu adaptações. Não foi possível comprovar, nas fontes consultadas, que o imóvel esteja atualmente sem infraestrutura física ou humana. Por isso, essas preocupações foram formuladas como questionamentos que exigem verificação, e não como fatos já demonstrados.



EXPEDIENTE

DIRETOR / PRESIDENTE
Jota Ferreira

DIRETOR EXECUTIVA
Zeza Fernandes

REPR. COMERCIAL
Deyvisson Barros

EDITOR CHEFE
Ítalo Bruno

DIAGRAMAÇÃO / ARTE
Neto Silva

REDAÇÃO
Rua Desembargador Dionísio Filgueira, 327, Centro, Mossoró/RN · CEP: 59610-090 · Tel.: 84-92175-2413 Publicações/Comercial: 84 921838859 Redação: 84 987128604 · Portal: www.portalgazetarn.com.br

GRN JORNAL GAZETARN

CHARGE



Crise se instala na campanha de Cadu após fala de Isolda sobre Allyson



A declaração da deputada estadual Isolda Dantas (PT), que chamou Allyson Bezerra de "calango" durante um ato político em Mossoró, abriu uma nova frente de desgaste na campanha de Cadu Xavier. O episódio ganhou repercussão nas redes sociais e colocou a postura da aliada petista no centro do debate eleitoral. Ao lado de Cadu, Isolda fez a provocação diante de apoiadores, mas a repercussão acabou ultrapassando o palanque e alcançando o ambiente digital.

O que deveria ser mais um discurso de campanha transformou-se em um problema de comunicação para o grupo petista. Em vez de manter o foco nas propostas para o Rio Grande do Norte, a discussão passou a girar em torno do apelido, da postura da parlamentar e da reação do adversário. Allyson respondeu com um vídeo em que associou o calango à resistência do sertanejo e à própria origem, transformando a provocação em um novo elemento de sua comunicação eleitoral.

Na tentativa de conter a repercussão, o debate nas redes passou a envolver diferentes interpretações sobre o episódio e sobre o significado da fala de Isolda. A situação expõe o risco de uma campanha perder o controle da própria mensagem quando um ataque verbal ganha dimensão maior do que o assunto que pretendia colocar em evidência. A exclusão do vídeo original das redes da deputada, noticiada pela imprensa, acrescentou outro capítulo à controvérsia.

O episódio também se soma a uma dificuldade anterior de Cadu: a necessidade de defender o legado do governo Fátima Bezerra, do qual participou como secretário estadual da Fazenda, enquanto tenta consolidar sua identidade eleitoral associada ao presidente Lula. A situação fiscal do Estado e as críticas à gestão estadual já vinham sendo exploradas pelos adversários durante a campanha. Nesse contexto, qualquer controvérsia que desloque o debate das propostas para o comportamento dos aliados cria mais um desafio de comunicação para a candidatura petista.

O sinal de alerta está na dificuldade de manter a discussão eleitoral concentrada nos temas que interessam à população. A repercussão do caso do "calango" mostra como uma fala de palanque pode se transformar em assunto dominante e obrigar uma campanha a responder a uma crise que ela própria não precisava ter criado. Se o objetivo é discutir o futuro do Rio Grande do Norte, Cadu e seus aliados terão de lidar com as consequências políticas do episódio e recolocar propostas, resultados e responsabilidades no centro da disputa.

Santinho com Lula e Cadu gera suspeita de confusão de votos

Um santinho de campanha que coloca Lula em posição superior à de Cadu Xavier, candidato do PT ao Governo do Rio Grande do Norte, levanta questionamentos sobre a estratégia visual adotada no material eleitoral. Com o presidente em destaque e o candidato estadual logo abaixo, a peça pode transmitir a impressão de uma sequência de votos, como se a escolha para presidente viesse primeiro e a de governador fosse uma espécie de segundo voto. Na prática, são escolhas distintas, para cargos diferentes.

A disposição das imagens ganha ainda mais repercussão diante da atuação da militância, que compartilha materiais de campanha nas redes sociais e amplia o alcance desse tipo de comunicação. A questão é se a apresentação deixa suficientemente clara a diferença entre as candidaturas ou se aposta em uma associação visual capaz de gerar interpretações equivocadas. A intenção de confundir, porém, não pode ser afirmada como fato sem evidências que a comprovem.

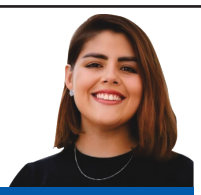
A estratégia de aproximar Cadu da imagem de Lula já faz parte da identidade pública da candidatura. A imprensa tem registrado o uso da marca política "Cadu de Lula" e a participação do presidente na campanha estadual. O problema político colocado pelo santinho é a dimensão que essa associação assume: Lula ocupa o topo da peça, enquanto Cadu aparece abaixo, em uma composição que pode fazer o eleitor associar os dois votos de maneira automática.

A apresentação também reacende o debate sobre a relação de Cadu com o governo Fátima Bezerra, do qual fez parte como secretário estadual da Fazenda. Ao apostar na associação com o presidente, o candidato reforça um vínculo político nacional, mas continua sujeito a questionamentos sobre sua participação na administração estadual. A imagem de Lula não substitui a discussão sobre o histórico da gestão potiguar nem dispensa o candidato de apresentar suas próprias propostas.

O episódio exige atenção tanto de quem produz o material quanto de quem o compartilha. O santinho pode ser divulgado, criticado e debatido publicamente, mas a informação precisa ser apresentada com clareza: o eleitor escolhe separadamente seus candidatos para presidente e governador. A campanha tem o direito de destacar seus aliados; o cidadão, por sua vez, tem o direito de entender o que cada nome representa, sem que a organização visual da propaganda deixe margem para uma leitura equivocada.







Mossoró é goleado pelo Alecrim e se complica no Potiguar

POR LARISSA MACIEL

O Mossoró Esporte Clube foi goleado pelo Alecrim por 5 a 0, nesta quarta-feira (21), no Estádio Severino Umbelino, em Nísia Floresta, pela quarta rodada do Campeonato Potiguar Segunda Divisão 2026. Com o resultado, o Carcará segue com apenas um ponto e vê a disputa pelo acesso à elite do futebol estadual ficar mais complicada.

Os gols da vitória do Verdão foram marcados por Henrique, duas vezes, Lawan, Leozynho e Xilu. Com o resultado, o Alecrim conquistou três pontos importantes e subiu para a segunda colocação, com seis pontos, entrando na zona de acesso à primeira divisão do Campeonato Potiguar.

A situação do Mossoró é delicada. Em quatro jogos disputados, a equipe soma apenas um ponto e ocupa a quarta posição na classificação, à frente somente do Visão Celeste, que ainda não pontuou. O campeonato garante acesso à primeira divisão aos dois primeiros colocados.

A competição terá uma pausa no próximo fim de semana em razão das eleições e será retomada na quarta-feira (28), com os jogos da quinta rodada. O Mossoró volta a campo diante do Visão Celeste, às 15h, no CT Mossoró, em confronto importante para tentar reagir no campeonato e voltar a somar pontos diante da torcida.



Mossoroense conquista bronze inédito no tênis de mesa

O atleta Pedro Otávio conquistou uma medalha de bronze nos Jogos da Juventude do Brasil 2026, disputados em Foz do Iguaçu, no Paraná. O resultado foi alcançado na disputa de duplas masculinas do tênis de mesa, ao lado de Pedro Siqueira, representante de Parnamirim, garantindo ao Rio Grande do Norte um lugar no pódio da competição nacional.

Pedro Otávio, estudante do Colégio Diocesano, e Pedro Siqueira, do Colégio Ícaro, formaram a dupla potiguar. A conquista representa um marco para o esporte de Mossoró, já que Pedro Otávio se tornou o primeiro atleta do município a conquistar uma medalha na modalidade em uma edição dos Jogos Escolares do Brasil.

O resultado foi comemorado pela comissão técnica, que destacou o trabalho desenvolvido nas escolas e nos clubes para a formação dos jovens atletas.

A conquista também evidencia a presença do tênis de mesa do Rio Grande do Norte no cenário nacional e valoriza o trabalho de formação esportiva realizado com estudantes. O bronze de Pedro Otávio entra para a história de Mossoró e representa um importante incentivo para o desenvolvimento da modalidade no município.





Previ Mossoró acumula milhões em patrimônio



Foto: Arquivo (Secom/PMM)

recursos estão aplicados em pelo menos 20 fundos de investimentos, com acompanhamento e consultoria especializada. A estratégia busca evitar que o dinheiro fique parado e manter os recursos sob gestão para atender às obrigações da Previdência Municipal.

A administração dos investimentos conta com a atuação do Conselho Previdenciário, do Comitê de Investimentos e do Conselho Fiscal, responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização da gestão financeira. Entre as instituições financeiras que recebem aplicações do instituto estão a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste.

O patrimônio acumulado é destinado à manutenção do sistema previdenciário municipal, que tem entre suas principais obrigações o pagamento dos benefícios de aposentados e pensionistas. A gestão dos recursos busca preservar o equilíbrio financeiro necessário para cumprir esses compromissos.

"Nosso compromisso é administrar os recursos com responsabilidade, garantindo o pagamento em dia dos aposentados e pensionistas e trabalhando para preservar a segurança financeira da previdência municipal", destacou o presidente do Previ Mossoró, Rodrigo Forte.

Novo teto e perdão de dívidas do MEI: o que muda

O presidente da república sancionou, nesta quarta-feira (21), a Lei Complementar 238/2026, que estabelece novas regras para os microempreendedores individuais (MEI). A legislação prevê o perdão de dívidas tributárias federais, o aumento gradual do limite de faturamento anual e a ampliação da possibilidade de contratação de funcionários. O pacote, batizado de Prospera MEI, também inclui medidas para facilitar a participação de pequenos negócios em compras públicas.

Uma das principais mudanças é a remissão de débitos tributários federais constituídos até 13 de outubro de 2026, incluindo contribuições previdenciárias, multas, juros e encargos previstos na legislação. Segundo estimativas divulgadas pelo governo, cerca de 3,6 milhões de microempreendedores poderão ser beneficiados. A medida tem previsão de entrar em vigor em 1º de janeiro de 2027, condicionada ao cumprimento das exigências legais, entre elas a manutenção dos pagamentos mensais do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) durante os seis primeiros meses de vigência.

O limite de faturamento anual do MEI, atualmente de R$ 81 mil, também será ampliado. A previsão é que passe para R$ 110 mil em 2027 e alcance R$ 140 mil em 2028. A legislação ainda amplia para até dois empregados a possibilidade de contratação nas atividades contempladas, respeitando o pagamento mínimo de um salário mínimo ou do piso salarial da categoria profissional.

Outro ponto do pacote é a dispensa da emissão de nota fiscal pelo MEI nas vendas de produtos e na prestação de serviços a pessoas físicas, conforme as condições estabelecidas em decreto assinado pelo presidente. A medida também prevê regras para os chamados nanoempreendedores. Além disso, o governo anunciou uma iniciativa de renegociação de dívidas bancárias, com previsão de descontos por meio de leilões com instituições financeiras, e o chamado Pix MEI, que prevê auxílio de até R$ 5 mil para investimentos em pequenos negócios entre 2027 e 2030. A liberação dos recursos dependerá da implementação do programa e de suas regras específicas.

A lei também prevê ampliar o acesso dos microempreendedores às compras públicas, inclusive por meio de plataformas como o Contrata+Brasil. Embora a sanção tenha ocorrido em outubro de 2026, parte das medidas só deverá entrar em vigor em 2027. Os empreendedores devem acompanhar os canais oficiais do governo e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para consultar as condições de acesso aos benefícios, os prazos e os procedimentos necessários.



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Mulher em tratamento contra o câncer perde R$ 23 mil em golpe do falso advogado



Ednardo Paiva

Uma moradora de Mossoró, identificada como Helena Maria, perdeu R$ 23 mil após cair no golpe do falso advogado, na quarta-feira (21). A mulher, que está em tratamento contra o câncer, teve o dinheiro que guardava para custear as despesas de saúde comprometido. Diante da situação, a família pede ajuda para enfrentar o prejuízo financeiro.

De acordo com as informações divulgadas pelo Portal Mossoró Urgente, o criminoso entrou em contato com Helena se passando pelo advogado responsável por um processo judicial no qual ela teria valores a receber. Após conquistar a confiança da vítima, ele conseguiu acesso aos dados bancários, retirou R$ 16 mil da conta e contratou um empréstimo de R$ 7 mil em nome dela.

O prejuízo agrava a situação enfrentada pela família, já que o dinheiro seria utilizado para custear despesas médicas, incluindo as sessões de quimioterapia. O marido de Helena, Raimundo, também precisou deixar o emprego para se dedicar aos cuidados da esposa durante o tratamento.

Em entrevista ao portal, Helena relatou a situação e fez um alerta para que outras pessoas não sejam vítimas do mesmo tipo de crime. Apesar do prejuízo, ela afirmou ter perdoado o responsável pelo golpe. A família agora busca apoio para amenizar as perdas e evitar que as dificuldades financeiras prejudiquem a continuidade dos cuidados com a saúde.

Uma campanha solidária foi divulgada para arrecadar doações em favor de Helena. As contribuições podem ser feitas por meio de Pix, utilizando a chave telefônica 84998278813, em nome de Helena Maria. A família pede a colaboração da população, com doações de qualquer valor, para ajudar a enfrentar esse momento delicado.



Polícia estoura ponto de tráfico no Alto de São Manoel



Uma residência apontada como ponto de venda de entorpecentes foi alvo de uma operação policial na noite de ontem, no bairro Alto de São Manoel, nas proximidades do Colégio Duarte Filho, em Mossoró. O imóvel já vinha sendo monitorado pelas equipes de segurança após denúncias sobre intensa movimentação de usuários de drogas.

De acordo com as informações apuradas no local, a dinâmica era característica do tráfico de drogas na modalidade conhecida como "porta de entrada", em que usuários chegavam rapidamente à residência, adquiriam os entorpecentes e deixavam o local em seguida.

Durante a diligência, os policiais abordaram um indivíduo que estava em frente à casa. Ao perceber a aproximação da equipe, ele tentou se desfazer de um invólucro, posteriormente identificado como um papelote de maconha. Após entrarem no imóvel, os policiais constataram que o principal suspeito havia fugido pelos fundos da residência.

Nas buscas realizadas no local, foram apreendidos um tablete de maconha pesando aproximadamente 440 gramas, papelotes de cocaína prontos para comercialização, uma balança de precisão, facas utilizadas no corte dos entorpecentes e embalagens do tipo ziploc, usadas para fracionar e acondicionar as drogas.

Todo o material apreendido foi encaminhado aos órgãos competentes para a adoção dos procedimentos cabíveis. As diligências continuam com o objetivo de identificar e localizar o responsável pelo imóvel e pelo esquema de tráfico de drogas.

Dois dias que mudam a semana



Por
Canindé Maia
ADVOGADO/ COLUNISTA



Lula Marques/Agência Brasil

Um ponto merece atenção, porque tem gerado confusão nas conversas de balcão, as duas folgas não serão, obrigatoriamente, no sábado e no domingo.

O Congresso Nacional promulgou na última sexta-feira, 16 de outubro, em sessão solene que contou com a presença do presidente Lula, a Emenda Constitucional 141, que põe fim à escala 6x1.

Originada da PEC 221/2019, aprovada na Câmara em maio e no Senado por 75 votos a um, a emenda altera o art. 7º da Constituição e muda a rotina de milhões de brasileiros que trabalham seis dias para descansar apenas um. Convém explicar, sem exagero e sem alarmismo, o que de fato muda.

O coração da reforma está no descanso. O trabalhador passa a ter direito a dois dias de repouso semanal remunerado, sem qualquer redução de salário. A jornada continua limitada a oito horas diárias e cai, por etapas, das atuais 44 horas semanais para 40. Ninguém ganhará menos por trabalhar menos, a emenda proíbe expressamente a redução salarial e protege também os pisos das categorias.

A transição foi pensada para dar fôlego às empresas. Nos dois primeiros meses após a publicação, nada muda. Passado esse prazo, a jornada máxima cai para 42 horas e a segunda folga se torna obrigatória. Essa fase intermediária dura doze meses.

Só ao fim dela, catorze meses depois da publicação, chega-se às 40 horas. Distribuídas em cinco dias, as 42 horas do primeiro ano correspondem a 8h24 por dia. Na etapa final, a conta fecha em oito horas diárias.
Um ponto merece atenção, porque tem gerado confusão nas conversas de balcão, as duas folgas não serão, obrigatoriamente, no sábado e no domingo. O texto determina que um dos dias de repouso seja preferencialmente aos domingos, e preferência não é obrigação. O outro pode cair em qualquer dia da semana, e os dois nem precisam ser seguidos. Assim, uma farmácia ou um supermercado poderá montar equipes que folguem domingo e segunda, outras sábado e quarta, outras terça e quinta, mantendo as portas abertas sete dias por semana. Para atividades contínuas, a emenda vai além. acordo ou convenção coletiva poderá adotar regime de compensação, desde que assegure, no mês, a média de dois dias de descanso por semana e, no mínimo, uma folga a cada semana de trabalho. Na prática, o empresário escolhe os dias conforme o movimento da sua casa, e o sindicato entra quando a escala fugir do padrão.

E o custo? É natural a preocupação de quem paga a folha, sobretudo no pequeno comércio do interior. Mas é preciso pôr os números no lugar. Com o salário mantido e menos horas trabalhadas, o valor da hora sobe, o divisor mensal passa de 220 para 210 na fase de 42 horas e para 200 na etapa final. Isso encarece a hora extra, é verdade. Ocorre que a folha não é o custo inteiro de uma empresa.

Estudo do Ipea divulgado em fevereiro estimou que a jornada de 40 horas elevaria em 7,84% o custo do trabalhador celetista, mas, diluído no custo total da operação, o impacto ficaria abaixo de 1% na indústria e no comércio.

Setores que dependem muito de mão de obra, como vigilância e limpeza, sentirão mais, e entidades empresariais apresentaram projeções bem mais altas. O debate é legítimo. Ainda assim, quem ajustar as escalas com inteligência, redistribuir turnos e, se necessário, contratar em tempo parcial para cobrir os picos de fim de semana tende a absorver a mudança sem sobressalto. A própria emenda permite que, durante a transição, acordos coletivos reorganizem a distribuição das 42 horas, e autoriza lei complementar a criar medidas transitórias para microempreendedores, micro e pequenas empresas.

Do outro lado da balança está o ganho do trabalhador, que não cabe em planilha. Um dia a mais por semana é tempo para estudar, cuidar dos filhos, ir ao médico, resolver a vida que o 6x1 empurrava para o único domingo livre.

O presidente do TST lembrou que as mulheres, que acumulam o trabalho remunerado com o cuidado da casa, serão especialmente beneficiadas, e que o descanso tende a reduzir os afastamentos por doença. Trabalhador descansado produz melhor, falta menos e adoece menos. Isso também é economia.

A reforma não é perfeita. Haverá ajustes a fazer nas escalas 12x36, nos contratos terceirizados com o poder público e nas convenções coletivas incompatíveis, que perderão eficácia em dois meses. Mas o rumo está correto. Quem se antecipar, conversar com seus empregados e com o sindicato e redesenhar a semana desde já chegará às 40 horas sem traumas.

O país levou quase quatro décadas, desde 1988, para voltar a reduzir a jornada constitucional. Que o façamos com equilíbrio, sem perder de vista que a semana, afinal, também é de quem trabalha.

Entre o sal e o mar, Areia Branca celebra 99 anos



Arte: Neto Silva

Areia Branca, município localizado no litoral da Costa Branca potiguar, celebra nesta quinta-feira (22) seus 99 anos de elevação à categoria de cidade. A data marca um capítulo importante da trajetória de um município cuja história está ligada à navegação, à pesca, à produção de sal e à relação de sua população com o mar. Mais do que uma comemoração no calendário, o aniversário representa a oportunidade de reconhecer as raízes de uma cidade que conquistou espaço na economia e na identidade do Rio Grande do Norte.

A história administrativa de Areia Branca começou antes dessa data. Em 16 de fevereiro de 1892, o Decreto Estadual nº 10 criou o município, desmembrando-o de Mossoró e elevando a povoação à categoria de vila. A instalação ocorreu em 31 de março daquele ano. Somente em 22 de outubro de 1927, por meio da Lei Estadual nº 656, a vila passou à condição de cidade, marco que completa 99 anos em 2026.

A formação econômica da cidade está diretamente relacionada às atividades desenvolvidas no litoral e na foz do rio Mossoró. A navegação e o comércio contribuíram para o crescimento da povoação ainda no século XIX, quando a região já mantinha relações comerciais com outras localidades. A pesca também se consolidou como parte da vida de muitas famílias, enquanto o sal se tornou um dos principais símbolos da economia local e ajudou a projetar o nome de Areia Branca para além das fronteiras potiguares.

A atividade salineira ocupa um lugar importante nessa trajetória. Inserido em uma região de condições naturais favoráveis à produção de sal, o município passou a integrar uma das áreas mais representativas desse setor no país. A atividade movimenta cadeias de produção, transporte e comercialização, além de fazer parte da memória de trabalhadores que construíram suas histórias profissionais em torno das salinas. Essa relação entre território e economia ajudou a definir características sociais e culturais que permanecem presentes na identidade areia-branquense.

A ligação com o mar, porém, vai além da produção econômica. A pesca artesanal, as comunidades litorâneas e os costumes transmitidos entre gerações compõem parte da identidade de Areia Branca. A rotina de quem vive da atividade pesqueira revela uma relação cotidiana com as águas, marcada pelo conhecimento dos ciclos naturais e pela importância do trabalho para o sustento das famílias. Essas tradições ajudam a preservar a memória de uma cidade que cresceu acompanhando o movimento do litoral.

As paisagens naturais também fazem parte dos elementos que distinguem o município. As praias, as dunas e os cenários costeiros integram o patrimônio natural da região e oferecem possibilidades para o turismo e o lazer. Ao mesmo tempo, a valorização desses espaços exige atenção à preservação ambiental e à organização das atividades econômicas, de modo que o desenvolvimento possa conviver com a proteção dos recursos naturais que caracterizam a Costa Branca.

A trajetória de Areia Branca também passou por mudanças administrativas importantes. Em 1929, foram criados o cargo de prefeito municipal e a Prefeitura, modificando a organização política local. Décadas depois, em 1953, os territórios de Grossos e Tibau foram desmembrados de Areia Branca para formar o município de Grossos. Esses acontecimentos mostram como a configuração territorial e a estrutura administrativa da região foram sendo transformadas ao longo do tempo.

Um detalhe histórico merece atenção: o dia 22 de outubro é frequentemente chamado de aniversário de emancipação política, mas a data corresponde, oficialmente, à elevação de Areia Branca à categoria de cidade, em 1927. A emancipação em relação a Mossoró ocorreu em 1892. A confusão se popularizou ao longo dos anos, inclusive após a instituição do feriado municipal em 22 de outubro, em 1987. A distinção ajuda a compreender melhor a cronologia histórica do município.

Ao completar 99 anos como cidade, Areia Branca chega a um momento simbólico de sua história, a um ano do centenário da elevação à categoria urbana. A data convida a olhar para as transformações vividas pelo município, mas também para os desafios relacionados à geração de emprego, à infraestrutura, aos serviços públicos, à preservação ambiental e à valorização das atividades tradicionais. O futuro da cidade passa pela capacidade de conciliar sua importância econômica com melhores condições de vida para a população.

A comemoração deste 22 de outubro é, portanto, uma oportunidade de reconhecer a contribuição de gerações de trabalhadores, pescadores, salineiros, comerciantes e moradores que participaram da construção de Areia Branca. A história do município não se resume a decretos e datas oficiais: ela também está nas experiências das famílias, nas tradições preservadas e na relação cotidiana com o mar. Com 99 anos de elevação à categoria de cidade e mais de 134 anos de emancipação política, Areia Branca celebra uma trajetória que ajuda a contar a própria história do litoral potiguar.

